

Em cima da anistia, vai-se montar a tal reforma partidária, com os mesmos defeitos e crueldades, em cima a reforma eleitoral. E se tudo funcionar dentro do esquema da democracia relativa, orientada e programada pelo trilateralismo, podemos até chegar a uma constituinte. A ousadia é infernal. Mas é isso que está no bojo do projeto de anistia.

Pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

A anistia iníqua, imoral e inconstitucional nem sequer é uma anistia inversa, lembrada por Rui Barbosa, é simplesmente perversa. É perversa sobretudo porque anistia crimes eleitorais, pretende anistiar torturadores, anistia quem se exilou ou foi banido, mas mantém nos cárceres, pelos mesmos delitos, jovens envenenados e de saúde irremediavelmente comprometida, depois de oito, nove e dez anos de sofrimentos atrozes, experimentados como bichos em tipos de violência que nem a História e nem a literatura de ficção tinham até hoje registrado ou concebido. Eu jamais supus que no Brasil essas coisas pudessem acontecer.

Em vez de um juramento de paz, prolonga-se a guerra de erros e animosidades. E a opinião pública brasileira está ciente e consciente disso. Pode o Governo capciosamente manipular os números que entender para as suas estatísticas — a verdade subiu à tona, é do conhecimento geral. Assuma, portanto, a responsabilidade da injustiça que pratica e o ónus político de suas consequências. Mas assumo ainda a gravidade a que expõe o País, e não venha dizer amanhã que a Oposição lhe negou apoio.

Nego-lhe apoio à iniquidade, à imoralidade e à inconstitucionalidade, porque o parlamentar também tem a sua fé de ofício, procurou a Oposição prestar ao Governo, no seu todo, a colaboração de pesquisar a realidade que está do outro lado do formalismo oficial, que eu próprio, desconhecendo sua extensão, tenho o direito de pensar que outros também o ignorassem ao menos na sua extrema hediondez, e em vista disso houvesse um mínimo de entendimento através do qual se pudesse vencer obstáculos na busca patriótica da paz cívica.

O futuro não vai esquecer o erro de não termos tido capacidade de esquecer o passado.

Que fique o Governo com a responsabilidade de desunir a Nação. (Palmas.) Que fique o Governo com o direito — e eu lhe concedo esse direito — de assumir as consequências do caos. E não venha dizer, amanhã, que foi a Oposição. A Oposição procurou, de V. Ex.^a a todas as lideranças, meios de um entendimento. Tudo nos foi negado, até a humildade honrada de pedir para insistir.

Está selado o destino. Os jornais hoje publicam. Não havia necessidade mais desse formalismo. (Muito bem!) E além, Sr. Presidente, de já haver essa distinção de preferência, ainda acharam pouco. Criaram uma voz mais grossa e mais elevada do que a voz do Sr. Relator, a voz das bombas que ontem vieram atingirmos na porta do Congresso Nacional.

E não precisava, Sr. Presidente, não precisava, de maneira nenhuma, de votação. Bastam os pelotões que lotam essas galerias. Estas são as circunstâncias, Srs. Congressistas, em que estamos votando.

Peço ao Congresso Nacional que promova a rebelião das consciências, antes que venha a rebelião das massas. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Genival Tourinho (MDB — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Genival Tourinho, para uma questão de ordem.

O SR. GENIVAL TOURINHO (MDB — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Regimento Interno estabelece no art. 45, § 3.º, o seguinte:

“Procedida a verificação de votação, e havendo número legal, não será permitida nova verificação antes do decurso de 1 (uma) hora.”

Ora, entenda bem V. Ex.^a, que o Regimento não diz o termo inicial da contagem dessa hora. Poderia ser entendido o exato momento em que foi formulado o requerimento, e, com mais razão, no momento em que se deu o implemento da votação nominal. A votação nominal foi realizada neste plenário, há, aproximadamente, 40 minutos.

Gostaria que V. Ex.^a consignasse o momento exato em que se deu o término da votação nominal do destaque do MDB. Porque nós vamos ficar muito atentos à contagem dessa uma hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Posso informar a V. Ex.^a que essa hora já decorreu.

O Sr. Murilo Badaró (ARENA — MG) — Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Tem a palavra o Senador Murilo Badaró, para encaminhar a votação.

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nada mais há que acrescentar, senão no atendimento ao nobre Senador Henrique de La Rocque... (Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Faz soar a campainha.) — Há um orador na tribuna!

O SR. MURILO BADARÓ (ARENA — MG) — Sr. Presidente, a liderança do Governo, pela minha voz, assume o compromisso de, em face da impossibilidade regimental de aceitação da Emenda n.º 173, de autoria do nobre Senador Henrique de La Rocque, por não ser matéria pertinente ao projeto, razão pela qual S. Ex.^a, no seu parecer, a recusou.

A Liderança do Governo, pela minha palavra, assegura o compromisso de proceder a estudos para regularizar a situação postulada na Emenda, do Senador Henrique La Rocque, de n.º 173.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem! Palmas. Manifestações das galerias. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, como Líder, para encaminhar a votação.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Como Líder, para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Dizem que o projeto ora em exame no Congresso Nacional será sancionado depois de amanhã, 24 de agosto. Talvez, não exista, de fato, data mais apropriada para a promulgação de uma anistia do que, exatamente, aquela em que, sendo o Dia do Exército, se comemora a figura do seu patrono, o Duque de Caxias. Duque de Caxias que foi guerreiro, que combateu nos campos, que teve vitórias, que pegou em armas mas que, apesar de toda essa sua luta armada, não passou à História como Caxias, o Guerreiro, mas passou à História como o Pacificador. Pacificador por que, Sr. Presidente, Srs. Congressistas? Porque, ensarilhadas as armas, ele não procurava saber quem fez o que, procurava realmente harmonizar e reconciliar a Nação. Caxias, o Pacificador, porque poderia ser considerado, também, o patrono do instituto da anistia no Brasil.

Quando o nobre Senador Pedro Simon disse que esta anistia veio com quinze anos de atraso, poderíamos dizer que, conceitualmente, veio com um século e meio de atraso, porque essa anistia é a negação de Caxias, é negação da verdadeira anistia pela qual anseia a Nação brasileira.

A História mostra que não se procurava então estabelecer isenção de qualquer espécie, não se procurava consagrar restrições. E por que estabelecer isenções e restrições, hoje?

Tem dito o Líder do Governo no Senado Federal que nós nos encontrávamos numa guerra revolucionária. Ora, se estávamos em guerra revolucionária, é evidente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que violência terá ocorrido de parte a parte. É evidente que excessos poderão ter sido praticados, mas na hora em que se fala em paz e não mais em guerra, só cabe uma solução: é a anistia ampla, geral e irrestrita. (Palmas.)

Sim, Srs. Congressistas, nós sabemos que violências ocorreram neste País. Era eu mal chegado a esta Casa, como Deputado Federal, em 1971, e aqui, interpretando a voz do meu grande Líder de então, o Deputado Pedroso Horta, tive oportunidade de fazer, no início daquela legislatura, talvez a primeira denúncia da Oposição, quando ocorreu o seqüestro, o desaparecimento até hoje não desvendado de uma das vítimas da repressão, o ex-Deputado Rubens Paiva, cujo destino é ignorado. (Muito bem! Palmas.)

Violência ocorreu, sim, e não apenas aquela, porque àquela denúncia se sucederam outras. E lembro mesmo — e refiro-me aqui em homenagem aos estudantes de todo o Brasil — lembro bem da denúncia que fizemos também da morte, das torturas, da agressão e do assassinato, praticados nos órgãos de segurança pública de Pernambuco, contra o estudante de agronomia Odilias de Carvalho, que faleceu dessas torturas. (Muito bem! Palmas.)

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, e porque um colega nosso, que aqui tinha um mandato eletivo, falou, determinada vez, em viúvas do talvez ou do quem sabe, ele teve o seu mandato cassado. Mas, eu pergunto: a D. Eunice Paiva, por acaso, não será viúva do talvez e do quem sabe? (Palmas.)

Sr. Presidente, nós que, desde a criação do MDB, optamos pela resistência pacífica contra a tirania, nós, no entanto, estamos com mais autoridade para compreender aqueles jovens que, no verbor dos seus anos, terão resolvido responder à violência com a violência. Nós somos daqueles que julgamos que a violência não constrói,

mas entendemos muitas vezes que um filho que viu o seu pai ser arrebatado do seu lar e jamais regressar a esse lar, que este filho, muitas vezes desesperado, procurou responder à força com a força. E, este Governo que hoje, ainda há pouco, falava na existência do terrorismo, ele se esquece que terrorismo político só se caracteriza quando o regime é democrático, e não ao contrário do que ocorria aqui no País, quando se sufocaram todas as liberdades, sufocando aqueles que, desesperados por não verem perspectivas para o futuro, homens e mulheres, muitas vezes trabalhadores, foram para a praça pública e ali aprisionados. Recordo-me agora, do nome de Olavo Hansem, que foi detido no dia 1.º de maio e, três dias depois, o seu corpo foi entregue à sua família, inanimado. (Palmas.)

Não, Sr. Presidente, violência houve muita neste País, para desdita nossa; mas agora queremos a paz. E, para isto, quando o regime militar começa a ceder terreno e cede esse terreno por conquista do povo, não se pense que esta anistia que aí está, restrita, insuficiente, ela seja do desejo e dos amores do Governo. Não, esta anistia que vai trazer ao País dezenas de exilados, esta anistia que vai trazer o ex-Governador Miguel Arraes, Leonel Brizola, Márcio Moreira Alves, (Palmas. Manifestações das galerias.) esta anistia que aí está, que trará um educador do renome de Paulo Freire ou de um homem idealista, (Palmas. Vais.) que pode ter tido os seus erros e estar em posição diferente da nossa, mas um idealista que sacrificou a sua carreira de militar e viveu anos no exílio e na prisão, como Luis Carlos Prestes, (Palmas.) Manifestações das galerias.) esta anistia, Srs. Congressistas, não é a anistia que a ARENA quer; a ARENA vai ter que engolir esta anistia da garganta para dentro, porque o povo brasileiro conquistou mais um passo no rumo da redemocratização brasileira. (Palmas. Manifestações das galerias.)

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, foi negada aqui, há pouco, pela voz do Vice-Líder Cantídio Sampaio, a condição de estadista ao atual General-Presidente. Sim, ele negou essa condição, quando disse que o estadista só tem compromissos com o presente e com o passado, e esta anistia que aí está só tem compromissos com o passado e não com o futuro; ela não é ampla, geral e irrestrita, porque teve que atender a interesses menores dos órgãos de segurança. E é por isso que nós não a queremos; nós, que forçamos ao Governo a dar a metade da anistia, nós haveremos, mobilizados e com a força do povo, de conseguir, logo mais adiante, a outra metade, a anistia ampla, geral e irrestrita, que é a que interessa ao Brasil de amanhã. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Freitas Nobre (MDB — SP) — Peço a palavra ao Sr. Presidente, na conformidade do art. 6.º, para encaminhar a votação e falar em nome do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V. Ex.ª vai encaminhar a votação, ou vai falar como Líder?

O Sr. Freitas Nobre (MDB — SP) — Encaminhar a votação e falar como Líder, de acordo com o art. 6.º do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — V. Ex.ª está com a palavra.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, há vários anos vimos sustentando a luta pela anistia na sua exata compreensão humana e fraterna: a anistia ampla, geral e irrestrita.

Enquanto essa campanha se processou, com as mulheres à frente, particularmente, abrindo os invios caminhos da incompreensão política e da irritação oficial, companheiros nossos foram sacrificados, cassados, exilados, torturados, mortos e desaparecidos. Até o nosso Líder, Alencar Furtado, após as colocações realistas que fez, em programa de televisão, quando, num rasgo de distração o Governo permitiu o acesso ao rádio e à televisão, foi alcançado pela violência do AI-5. Depois, a legislação foi sendo alterada, na preocupação de mudar para conservar, à maneira do que ocorreu com a lei de greve que se revestiu de uma redação ainda mais ditatorial e de uma lei de segurança nacional, que é um permanente cutelo sobre a liberdade de reunião e a liberdade de crítica, de liberdade sindical e autonomia universitária.

Tentamos uma emenda constitucional, com endosso partidário, assinada pelo Presidente Ulysses Guimarães e pelos Líderes, no Senado e na Câmara, reforçada, ainda, pela assinatura de nossa Bancada. Era uma tentativa tímida de anistia, mas nem esta obteve o apoio oficial, que, a pretexto de não ser ela total, derrotou-a num voto fácil de uma Maioria dócil. Reclamamos todos os dias...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana. Fazendo soar a campanha.) — Pediria licença ao orador para interrompê-lo. Uma vez que está prestes a se concluir o prazo desta sessão, a Presidência, nos termos do Regimento, propõe a prorrogação da sessão por mais duas horas.

Em votação, a prorrogação.

Os Srs. Congressistas que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Continua com a palavra o nobre Deputado Freitas Nobre.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos os dias, a promessa governamental pela anistia e, afinal, chega à Câmara o projeto que fere inclusive o princípio da isonomia consagrado pelo mundo jurídico contemporâneo, anistiando e não anistiando, ao mesmo tempo, pessoas em igualdade de condições perante as alegadas infrações penais.

Nossa luta, na Comissão Mista do Congresso Nacional, marcou o supremo esforço de nossos representantes, que tiveram, na pessoa do seu Presidente, Senador Teotônio Vilela, um padrão de coragem, de persistência, de amor cristão.

Vimos os presos estiolando a sua juventude nos presídios políticos, ouvimos pais e filhos de mortos e torturados, testemunhamos a violência policial terrorista que transformou o dever da guarda do preso em ação criminoso e que culminou, algumas vezes, no assassinato frio de um jornalista, como Wladimir Herzog, ou de um operário, (Palmas.) como Manuel Fiel Filho.

As emendas que o Governo permitiu fossem incorporadas ao substitutivo oficial não retiraram o caráter fechado da proposição. Aqui tentamos a preferência para o nosso substitutivo, que consagra a anistia ampla, geral e irrestrita e fixamos a nossa posição neste substitutivo. Perdemos mais uma vez, em razão do voto da maioria que se agrupou na ARENA.

O Governo só nos permitiu caminhar através do estreito espaço deste substitutivo mesquinho e pífilo, que consagra exatamente o contrário do que a História demarcou para as horas de grandeza da conciliação. Não nos conformamos com essa limitação absurda e ridícula, embora ela ainda propicie o retorno de muitos à Pátria e ao convívio dos nossos, mas deixa ao destino de um pequeno tribunal de exceção, que são as comissões administrativas, a decisão da retomada da função do cargo, do posto, do emprego, e da cátedra.

Dando nosso voto ao substitutivo em razão da sondagem feita na bancada, o fazemos com tal restrição que destacamos as emendas que envolvem o seu conteúdo e que se constituem na tese real que defendemos, que é a anistia ampla, geral e irrestrita.

É a última trincheira desta fase e, com esta tentativa, ainda estamos esperando que os parlamentares da ARENA, que tinham conosco o compromisso do voto a algumas dessas emendas, sejam capazes de manter essa posição, como fizeram, ainda há pouco, votando, alguns deles, o nosso substitutivo, permitindo, assim, a ampliação da anistia, como desejamos, nesta primeira fase da luta pela anistia.

Está a ARENA sob o desafio: abrindo a questão, como permitiu na ocasião da votação da preferência do nosso substitutivo e como fizemos. Embora a posição que eu transmito desta tribuna seja majoritária na bancada, o que permitiria o fechamento da questão da matéria para efeito da decisão, não o fizemos em respeito à posição de alguns companheiros que declararam a sua disposição de votar contra o projeto, embora possam arriscar a decisão relativa aos destaques que ampliam a anistia e que, espero, possamos obter na votação de alguns arenistas.

Estamos com autoridades para criticar o voto que se concentra nos dois representantes das bancadas, nos Líderes, impedindo em ocasiões como esta, muitas vezes, a manifestação do Congresso, com a valorização pessoal dos votos dos seus componentes. Este Regimento casuístico tem que ser alterado. Os votos de Liderança, muitas vezes não podem significar a liberdade de comportamento da bancada. E há casos de consciência, há casos de foro íntimo em que a votação dos Líderes invalida a justa e democrática manifestação dos parlamentares.

As emendas para as quais solicitamos destaque, de autoria de parlamentares da ARENA e do MDB recompõem o texto do nosso substitutivo, que reflete as aspirações nacionais. Assim, procuramos eliminar, através desses destaques, a esdrúxula inclusão dos crimes eleitorais, enxerto inoportuno no projeto.

Assim, a emenda que assegura aos condenados, não beneficiados, pela proposição, o direito a revisão criminal sempre que houver alegação de que o condenado foi submetido a torturas, direito extensivo aos ascendentes, descendentes ou cônjuge do condenado, para reabilitação de sua memória.

Na mesma preocupação procedemos quando destacamos para votação a emenda Djalma Marinho, que deverá ser votada dentro em pouco, substituindo os §§ 1.º e 2.º do art. 1.º, e dando nova redação a estes textos, e que, se votada, não deixará um só preso político no cárcere.

Igualmente nos... (Manifestações das galerias.)